

Satélites querem representação política no DF

A inexistência de um caráter classista e sua desvinculação com qualquer entidade caracterizam o Comitê Pró-Representação Política do Distrito Federal, criado em Taguatinga, no ano passado, e que já conta com subcomitês na Ceilândia, em Brazlândia e nos setores Norte e Sul de Taguatinga.

Conforme revelaram os integrantes do movimento, em entrevista realizada na sucursal do Jornal de Brasília daquela cidade-satélite, fazem parte do Comitê representantes das mais diversas atividades profissionais, como advogados, economiários, professores, estudantes e donas-de-casa, entre outros. O grupo desenvolve um trabalho eminentemente comunitário e está sediado provisoriamente no Clube do Comércio e Indústria de Taguatinga (CIT).

O Comitê, segundo seus integrantes, é formado por pessoas que adotam as mais diferentes filosofias políticas, algumas inclusive frontalmente contrárias. O presidente da entidade, professor e jurista Linário Leal, por exemplo, é chamado por seus companheiros, em tom de brincadeira, de «brizolista», enquanto o professor Emiliano Póvoa, membro do Conselho Consultivo do Comitê, foi vereador da antiga Arena, em Goiás, e se autodenomina «um pedessista». Já o 3.º vice-presidente do Conselho-Diretor, o professor e advogado Alberto Severo de Almeida, é simpatizante do PMDB.

Essa diversidade de posições políticas dentro do grupo, no entanto, conforme assegura o presidente Linário Leal, «não atrapalha em nada, pois o nosso

objetivo principal é conseguir a realização de eleições no Distrito Federal». Por enquanto, esclareceu ele, «o Comitê é totalmente apartidário. Quando puderem ser realizadas eleições cada um procurará filiar-se ao partido político que bem entender». Por outro lado, existem membros do movimento, como as estudantes Janete de Fátima e Hilda Cortéz, e a dona-de-casa Maria Anita Cortéz, que admitem não ter tido muitas preocupações políticas antes de ingressarem no Comitê. «Somente agora», diz Hilda Cortéz, «nós passamos a nos interessar pelos problemas políticos e econômicos do país».

CRIAÇÃO

A idéia da criação do Comitê, conforme explica Linário Leal, já existia desde 1963: «Naquela época, quando aqui cheguei, já se podia sentir a necessidade que Brasília tinha de eleger seus representantes». Mas o grupo somente veio a ser formado em outubro de 1979, através do envio de cartas aos moradores daquela cidade-satélite, convidando-os a formar o Comitê: «A princípio», relembra o presidente, «foi uma dificuldade até mesmo para a escolha do nome da entidade, pois alguns membros achavam que «Comitê» era coisa de comunista».

Quanto ao trabalho desenvolvido pelo grupo, conforme definição contida em seu estatuto, é o de «pugnar, por meio de campanha publicitária, e solicitar junto às autoridades, para que haja representação política no Distrito Federal, isto é, Assembléia Legislativa, deputados federais e senadores, e até mesmo vereadores».

Há um consenso entre os membros do Comitê de que «a Comissão do Distrito Federal no



O Comitê Pró-representação Política do DF reúne-se em Taguatinga e já conta com os trabalhos dos subcomitês da Ceilândia e Brazlândia

Senado não tem nenhuma possibilidade de representar a nossa população. Os senadores que dela fazem parte estão muito mais preocupados com os problemas gerais da Nação e com os dos seus Estados de origem do que com os problemas locais».

Outro ponto rebatido por eles é a alegação de alguns parlamentares de que a eleição de uma Assembléia Legislativa no DF poderia gerar entraves administrativos ao GDF, no caso de vir a ser constituída de uma maioria oposicionista. «Nós não podemos admitir com tanta antecedência que esses representantes serão oposicionistas. Ainda mais se levarmos em consideração a máquina eleitoral de que o governo dispõe», disse Linário Leal. «Além disso», acrescentou Severo de Almeida, «as divergências sempre poderiam ser resolvidas através da negociação política». Até mesmo o «pedessista» Emiliano Póvoa, assegurou que «uma Assembléia Legislativa, mesmo de maioria oposicionis-

ta, não iria querer entravar um trabalho que viesse de encontro às necessidades da população». Essas opiniões foram endossadas pelo estudante Inaê Linário, que citou como exemplo o fato de «Porto Alegre ter uma Assembléia oposicionista há vários anos».

DIVERGÊNCIAS

Existem porém divergências quanto à possibilidade de realização de eleições no DF a curto prazo. O presidente do Comitê, por exemplo, considera que brevemente será aprovado o projeto do deputado Epitácio Cafeteira, propondo eleições a nível de deputados e senadores. Com a aprovação desse projeto, assegura ele, «serão abertas as comportas para as eleições para outros cargos». Por outro lado, Emiliano Póvoa admite que «o PDS poderá entravar a aprovação do projeto, pois a maioria dos seus integrantes ainda não se convenceu da necessidade de uma representação política no DF».

Mesmo a possibilidade que o

morador da capital tem de votar em candidatos de seus Estados de origem, não é bem aceita pelos componentes do Comitê. «Eu vim para Brasília com três anos de idade e além de não conhecer esses candidatos, estou mais interessado em votar em alguém que possa trazer benefícios para cá e não para o Estado em que nasci», afirma o estudante Inaê Linário.

Em todo caso, os membros do grupo garantem que «o Comitê continuará a luta enquanto for preciso e não deixará de existir quando ela for vencida». Nós continuaremos a funcionar, mas como um centro de estudos políticos, procurando debater e defendir a Legislação político-administrativa-eleitoral». E isso já começou a ser feito. No próximo sábado, às 22 horas, na sede do Comitê, será proferida uma palestra pelo ex-senador Osires Teixeira. Ao mesmo tempo, o grupo já foi convidado para expor seus objetivos no Instituto Pedroso Horta, na Câmara dos Deputados.